

編號：第 410/2021 號 (刑事上訴案)

上訴人：A(A)

日期：2021 年 6 月 10 日

**主要法律問題：**假釋

### **摘要**

上訴人與他人合謀以“練功券”字樣的紙幣兌換金錢方式令被害人造成金錢損失，其所觸犯的詐騙罪，危害到公民的財產安全和社會的安寧，其不法性及故意程度甚高，守法意識薄弱。其伙同他人共同犯案的行為顯示其犯罪行為所展現的嚴重性與不法程度有別於其他單一犯罪的情況。

上訴人所犯罪行屬本澳常見罪行，對澳門社會治安和法律秩序帶來相當嚴峻的挑戰。因此，對上訴人的提前釋放將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望。

**裁判書製作人**

---

譚曉華

# 合議庭裁判書

編號：第 410/2021 號 (刑事上訴案)

上訴人：A(A)

日期：2021 年 6 月 10 日

## 一、案情敘述

初級法院刑事起訴法庭在 PLC-257-20-2-A 卷宗內審理了被判刑人 A 的假釋個案，於 2021 年 3 月 10 日作出裁決，不批准其假釋。

被判刑人不服，向本院提起上訴，並提出了以下的上訴理由(結論部分)：

1. 上訴人因在初級法院普通刑事案件編號 CR5-18-0445-PCC 的案件中觸犯一項「詐騙罪」(巨額)，屬初犯被判處 1 年 9 個月徒刑。
2. 在獄中表現方面，上訴人在獄中一直遵守規則，並沒有違反監獄規章而被處分紀錄，屬信任類，服刑期間的評價為“良”。
3. 此外，上訴人沒有被處罰的紀錄，其於 2020 年 11 月分別申請了麵包西餅、消毒囚車及車輛維修的職訓，正在輪候獄中職訓。
4. 上訴人的與父母關係融洽，其平日透過書信與家人聯繫。
5. 上訴人出獄後計劃與父母同住，其在當地尋找地盤工人的工作。
6. 上訴人就假釋事宜發表意見中，表示對自己作出的犯罪行為深感後悔，在反省後承諾會痛改前非。

7. 上訴人已決心成為對社會負責任的人，及從其行為可得知已達到刑罰之目的。
8. 從上訴人的家人的支持、出獄後工作的保障及其獄中的行為表現，上訴人不再犯罪屬有依據的。
9. 同時嫌犯對自己犯案有自我反省，感到後悔，認識自己的過錯，並希望出獄後重新做人。
10. 上訴人在服刑期間表現積極進取及有能力顧意重新誠實做人，法院應考慮這種積極良好服刑態度是否能中和假釋對社會的負面影響。
11. 上訴人獲判刑 1 年 9 個月實際徒刑時已考慮上訴人將來作假釋的申請及將來重返社會。
12. 上訴人的刑期亦於 2021 年 10 月 10 日屆滿。《刑法典》第 56 條及隨後有關假釋之條文亦未有列明上訴人觸犯的「詐騙罪」(巨額)不得獲得假釋，
13. 而且，釋放上訴人亦未會影響社會安寧，且可為上訴人訂定假釋的條件。
14. 上訴人若獲假釋，可於假釋期間禁止上訴人入境澳門特別行政區，使其於中國內地生活，從而對本澳社會安寧危害十分低。
15. 上訴人於澳門初級法院刑事起訴法庭否決之假釋申請的裁判違反《刑法典》第 56 條第 1 款 a) 及 b) 項的規定，且依據上指之理由對實質要件重新作出適當的考慮。

綜上所述，按照有關依據及法律規定，懇請尊敬的中級法院各位法官閣下判處上訴人所提起之上訴理由成立，廢止被上訴的刑事起訴法庭否決給予假釋之裁判，並給予上訴人假釋(倘認為適宜，同時命令科予其必須遵守某些義務)，亦批准免除上訴人繳付全部訴訟費用及辯護人費用。

最後，請求上級法院一如既往地作出公正的裁決。

檢察院對上訴作出了答覆，並提出下列理據。<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>其葡文結論內容如下：

1. O recluso cumpre a pena de um (1) ano e nove (9) meses de prisão pela prática do crime de burla de valor consideravelmente elevado.
2. Terminará o cumprimento da pena em 10 de Outubro de 2021.
3. Esta é a sua primeira reclusão a primeira vez que lhe foi apreciada a concessão da liberdade condicional.
4. Durante a reclusão não participou em actividades ocupacionais ou acções de formação e manteve comportamento adequado.
5. Durante a reclusão não teve visitas dos familiares comunicando-se por carta ou telefone e em caso de libertação i antecipada irá viver na RPC com os familiares e tem como plano trabalhar na construção civil.
6. Importa, verificar os pressupostos de natureza material, designadamente a prognose favorável sobre o comportamento futuro do recorrente e sobre a compatibilidade da concessão da liberdade com a defesa da ordem e da paz social.
7. No caso do recorrente, verifica-se que o mesmo vem mantendo um percurso prisional adaptado.
8. Por outro lado, verbaliza assumir a sua responsabilidade e diz ter consciência da gravidade do crime por si cometido.<sup>9º</sup>
9. No exterior, beneficia de apoio familiar, sendo certo, todavia, que com tal apoio já o recorrente podia contar antes da sua reclusão, o que não evitou o cometimento do crime pelo qual cumpre pena de prisão.
10. A apreciação da liberdade condicional do recorrente tem particular<sup>1</sup> enfoque na prevenção geral, cuja libertação antecipada poderia induzir o público em erro quanto a que a prática deste crime não é grave, e enfraquecer a confiança comunitária na defesa da ordem jurídica, e assim sendo a sua libertação é desfavorável à defesa da ordem jurídica e paz social.
11. Prematuro se mostra concluir que as exigências de prevenção especial se mostrem devidamente satisfeitas e se considerar que o recluso, uma vez em liberdade, irá conduzir a sua vida de um modo, socialmente responsável, sem cometer crimes.
12. Nesta fase de apreciação da liberdade condicional cabe apelar às finalidades de execução das penas (finalidades de prevenção geral (positiva), o que de acordo com o artº 40º nº 1 do CPM, consiste na “protecção dos bens jurídicos e a reintegração do agente na sociedade”.
13. A protecção dos bens jurídicos corresponde, fundamentalmente, ao reforço da confiança comunitária na validade da ordem jurídica e na protecção que esta assegura aos bens que estruturam a vida social. Diante da violação da ordem jurídica e da agressão a esses valores, a consciência jurídica comunitária poderá ficar abalada se o sistema jurídico-penal não reagir, fechar os olhos a tal violação, ficando comprometida a referida confiança. A pena exerce, assim, uma função pedagógica de interpelação social que veicula uma mensagem cultural de chamada de atenção para a relevância de valores e bens jurídicos e, nessa medida, traduz-se uma forma de protecção desses bens jurídicos e da ordem jurídica em geral.
14. E como pode ler-se do Acórdão deste T.S.I, de 3-3-2005, Proc.nº22/2005, “a gravidade do crime e demais circunstancialismo envolvente, deve ser projectado sobre a própria

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為上訴人的上訴理由不成立，駁回上訴，並維持被上訴之批示。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

## 二、事實方面

---

evolução da sociedade de forma a apurar se ela própria está apta a integrar e aceitar a libertação do condenado. Então, aí, as coisas não dependerão apenas do comportamento e da aptidão para a integração do condenado, importando ponderar factores exógenos.”

15. Estamos perante um crime burla de valor consideravelmente elevado, com “notas para treino” crime este que vem vindo a aumentar em Macau e tem merecido a maior atenção por parte dos órgãos de polícia criminal e do Ministério Público, que causou elevado dano patrimonial ao ofendido e que pela sua natureza, gera-insegurança e alarme social.
16. E o facto de o recluso ainda não ter pago as custas e a indemnização ao ofendido em que foi condenado nem ter mostrado qualquer vontade de o fazer, sendo certo que não pode ser negada a importância deste pagamento como índice de ressocialização.
17. Não esquecendo que a liberdade condicional não é uma medida de clemência ou de recompensa por mera boa conduta prisional e serve na política do CPM um objectivo bem definido: o de criar um período de transição entre a prisão e liberdade, durante o qual o recluso possa equilibradamente recobrar o sentido da orientação social fatalmente enfraquecido por efeito de reclusão (Acórdão do TSI no Processo nº 50/2002).
18. Assim, tudo ponderado e por tudo o que deixamos dito, pese embora tudo indicar ter um bom comportamento, haverá, que exigir algo mais, de modo a inferir de uma consciência de responsabilização e de uma vontade de ressocialização, o que não resulta sem suscitar dúvidas, da análise do percurso do recorrente, uma evolução bastante positiva da personalidade e o recorrente ou que, neste momento, o recorrente já tem vontade e capacidade para conduzir a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes.

Em conclusão:

Entendemos não ter havido violação de quaisquer preceitos do artº56º do C.P.M. e aderimos à posição do MM. Juiz que formou um juízo de convicção, correcto quanto a nós, ao decidir negar a concessão da liberdade condicional ao recorrente.

Pelo que, negando-se provimento ao recurso e confirmando-se a decisão recorrida, se fará como sempre a habitual.

JUSTIÇA!

案中的資料顯示，下列事實可資審理本上訴提供事實依據：

1. 於 2020 年 10 月 23 日，在第一刑事法庭合議庭普通刑事案第 CR1-20-0186-PCC 號卷宗內，上訴人 A 因觸犯一項《刑法典》第 211 條第 3 款結合第 196 條 a) 項所規定及處罰的「詐騙罪」(巨額)，被判處一年九個月實際徒刑，以及須向被害人支付人民幣 89,380 元賠償金。

裁決於 2020 年 11 月 12 日轉為確定(見徒刑執行卷宗第 3 頁)。

2. 上訴人於 2020 年 1 月 10 日被拘留，並自同日起被移送往路環監獄羈押。
3. 上訴人將於 2021 年 10 月 10 日服滿所有刑期。
4. 上訴人已於 2021 年 3 月 10 日服滿刑期的三份之二。
5. 上訴人未支付訴訟費用及負擔，亦未有支付任何賠償(見徒刑執行卷宗第 25 頁)。
6. 上訴人在是首次入獄。
7. 上訴人沒有申請回歸教育課程，其於 2020 年 11 月分別申請了麵包西餅、消毒囚車及車輛維修的職訓。
8. 根據上訴人在監獄的紀錄，上訴人在服刑期間行為表現為“良”，屬信任類，沒有違反獄中紀律。
9. 上訴人為家中獨子，與父母關係融洽，其平日透過書信與父母聯絡。
10. 上訴人表示出獄後，將回鄉與父母同住，再在當地找尋地盤工人的工作。
11. 監獄方面於 2021 年 2 月 1 日向初級法院刑事起訴法庭提交了假釋案的報告書。
12. 上訴人同意接受假釋。

13. 刑事起訴法庭於 2021 年 3 月 10 日的裁決，不批准上訴人的假釋，理由為：

“《刑法典》第 56 條第 1 款規定：

“一、當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：

a ) 經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及  
b ) 釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。”

根據上述規定，假釋的形式要件是被判刑人須服刑達三分之二且至少已服刑六個月，實質要件則是在綜合分析被判刑人的整體情況並考慮到犯罪的特別預防和一般預防的需要後，法院在被判刑者回歸社會和假釋對法律秩序及社會安寧的影響兩方面均形成有利於被判刑人的判斷，僅當上述兩個實質要件均獲得正面的預期時，法院方須給予被判刑人假釋。(參閱中級法院第 743/2012 號裁判)

由此可知，被判刑人並非是自動可獲假釋，其除了具備上述形式要件外，還須滿足上述實質要件之要求方可獲給予假釋。

因此，在審查假釋的聲請時，必須考慮刑罰的目的：一方面為特別預防，透過刑罰對被判刑人本身進行教育，使其本人作出反省，致使其能以社會負責任的方式重新融入社會，不再犯罪；另一方面為一般預防，透過刑罰對犯罪行為作出譴責，從而令社會大眾相信法律制度的有效性，並重新恢復及確立因犯罪行為而對法律動搖了的信心。

\*

在本案中，經分析卷宗所載資料，被判刑人已服刑期的三分之二，亦超過了六個月，毫無疑問具備了獲得假釋的形式要件。在特別預防方面，被判刑人 A 為初犯，屬首次入獄，入獄至今已經過 10 個月的牢獄生活，期間沒有違規行為。其沒有申請回歸教育課程，其於 2020 年 11 月分別申請了麵包西餅、消毒囚車及車輛維修的職訓。基於被判刑人尚未實質參與任何職訓學習，法庭難以從中掌握足夠的資訊以分析被判刑人是否已透過相關活動適當地矯正其人格及價值觀。

被判刑人在本案中作出的經濟性質犯罪 – 詐騙罪 – 對於被害人造成的實際的經濟損失約為人民幣 89,380 元，對於此類型的經濟性質犯罪，倘被判刑人能夠展現其負責任及勇於承擔的態度，並彌補所造成之損失，這樣至少在考量被判刑人是否已經真心悔改方面是有積極的意義的。

然而，令法庭失望的是，至今被判刑人仍未有支付任何賠償。根據卷宗所載資料，被判刑人以練功券從被害人手上騙取上述款項後，卻一直沒有將絲毫的犯罪所得用於彌補被害人，其在為假釋而撰寫的信函中亦沒有隻字片語提及賠償計劃，可見其賠償的積極性相當不足。

考慮到被判刑人雖為初犯，至今未有支付任何賠償，這種“不積極”的表現無法信服法庭其人格及價值觀已獲得徹底的矯正，因此，現階段尚須更多時間的觀察，方能確信其能抵禦犯罪所帶來的巨大金錢收益的誘惑，踏實地從事正當職業，以對社會負責任的方式生活及不再犯罪。因此，法庭認為被判刑人尚未符合《刑法典》第 56 條第 1 款 a) 項的要件。

在一般預防方面，刑罰的目的除了是對犯罪者予以矯治外，亦

為了防衛社會及確保社會成員對法律制度的信心，因此，就是否應該給予假釋，尚須考慮犯罪的惡性對社會安寧所產生的負面影響是否已經消除，以及提前釋放被判刑人會否影響法律誠命在公眾心目中的執行力及威懾力。

必須指出的是，近來不法分子利用練功券來進行詐騙的犯罪活動在本澳頻頻發生，對澳門的治安及社會安全帶來嚴重的負面影響，故此，須謹慎考量本案中一般預防的要求。

在本案中，被判刑人與他人合謀以練功券從被害人處騙取巨額金錢後，到現時未有作出任何賠償。法庭認為倘現時提前釋放被判刑人，極有可能對潛在的不法分子釋出錯誤訊息，誤以為經濟性質的犯罪不屬嚴重犯罪，即使在未有賠償的情況下尚可以獲得提早釋放，甚至會錯誤地選擇犧牲自由以換取金錢。

這樣無疑會削弱法律的威懾力，動搖社會成員對法律懲治犯罪功能的信心。因此，法庭認為本案現階段尚未符合《刑法典》第 56 條第 1 款 b) 項的要件。

\*

#### 四、決定

綜上所述，在充分考慮助理檢察長 閣下及監獄獄長 閣下的建議後，本法庭決定根據《刑事訴訟法典》第 468 條及《刑法典》第 56 條之規定，否決被判刑人 A 之假釋聲請。

鑑於被判刑人需要繼續服刑的期間不足一年，不符合《刑事訴訟法典》第 469 條第 1 款再次展開假釋程序之規定，故此，該被判刑人必須繼續服刑至刑期屆滿。

\*

通知被判刑人並根據《刑事訴訟法典》第 468 條第 4 款及第 5

款之規定遞交有關副本。

告知懲教管理局、社會重返廳及相關卷宗。

作出通知及採取必要措施。”

### 三、法律方面

上訴人認為已經符合假釋的條件，提出刑事起訴法庭不批准假釋的裁決違反了《刑法典》第 56 條第 1 款的規定。

現就上述上訴理由作出分析。

根據《刑法典》第 56 條規定，當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。實行假釋須經被判刑者同意。

因此，是否批准假釋，首先要符合形式上的條件，即服刑已達三分之二且至少已滿六個月，另外，亦須符合特別預防及一般犯罪預防的綜合要求的實質條件。

在特別預防方面，法院需綜合罪犯的犯罪情節、以往的生活及人格，再結合罪犯在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表現出來的良好的行為等因素而歸納出罪犯能夠重返社會、不會再次犯罪的

結論。

而在一般預防方面，則需考慮維護社會法律秩序的要求，即是，綜合所有的因素可以得出罪犯一旦提前出獄不會給社會帶來心理上的衝擊，正如 Figueiredo Dias 教授的觀點，“即使是在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安定帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋”；以及所提出的，“可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。”<sup>[1]</sup>

本案中，上訴人已服滿刑期的三分之二，亦超過了六個月，符合形式上的條件。

上訴人非本澳居民，首次入獄。服刑期間行為表現為“良”，屬信任類，並無違反監獄紀律的記錄。

上訴人沒有申請回歸教育課程，其於 2020 年 11 月分別申請了麵包西餅、消毒囚車及車輛維修的職訓。

上訴人為家中獨子，與父母關係融洽，其平日透過書信與父母聯絡。上訴人表示出獄後，將回鄉與父母同住，再在當地找尋地盤工人的工作。

上訴人與他人合謀以“練功券”字樣的紙幣兌換金錢方式令被害人造成金錢損失，其所觸犯的詐騙罪，危害到公民的財產安全和社會的安寧，

---

<sup>[1]</sup> In Direito Penal Português, Ao Consequências Jurídicas do Crime, 1993, pp. 538-541.

其不法性及故意程度甚高，守法意識薄弱。其伙同他人共同犯案的行為顯示其犯罪行為所展現的嚴重性與不法程度有別於其他單一犯罪的情況。

上訴人所犯罪行屬本澳常見罪行，對澳門社會治安和法律秩序帶來相當嚴峻的挑戰。因此，對上訴人的提前釋放將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望。

考慮上訴人的過往表現，雖然上訴人在服刑期間行為良好，在主觀意識方面的演變情況顯示有利的徵兆，但這並不能當然地等同於上訴人假釋出獄後不會對社會安寧及法律秩序造成危害。這不單取決於上訴人的主觀因素，更重要的是要考慮這類罪犯的假釋所引起的消極社會效果，假釋決定使公眾在心理上無法承受，以及對社會秩序產生一種衝擊等負面因素。因為在公眾心理上仍未能接受上訴人被提前釋放時便作出假釋決定將是對公眾的另一次傷害。

故此，上訴人仍未具備所有的假釋條件，尤其是《刑法典》第 56 條第 1 款 a) 及 b) 項所規定的條件，其上訴理由不能成立，而被上訴裁決應予以維持。

因此，上訴人提出的上訴理由不成立。

#### 四、決定

綜上所述，本合議庭決定判處上訴人 A 的上訴理由不成立，因而維

持原審法院的裁決。

判處上訴人繳付 3 個計算單位之司法費以及上訴的訴訟費用。

訂定上訴人辯護人辯護費為澳門幣 1,800 圓。

著令通知。

2021 年 6 月 10 日

---

譚曉華 (裁判書製作人)

---

周艷平 (第一助審法官)

---

蔡武彬 (第二助審法官)